



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
3ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
JOÃO RODRIGUES FILHO



Lei de Criação nº 8.432 de 11-6-1992
Data da instalação: 23-4-1993
Data de implantação do PJe: 12-8-2014

Jurisdição: Uberlândia, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte e Tupaciguara.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 28-10-2020, p. 3.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 2-7-2019

Às 8 horas do dia cinco de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 1ª Vara do Trabalho de Uberlândia, situada na Avenida Cesário Alvim, nº 3.200 – 2º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **João Rodrigues Filho**, que, em férias, se faz presente; a MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Sandra Carla Simamoto Cunha**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Neila Lemes Galvão; os servidores Alessandra Gonçalves das Chagas, Izabella Camila dos Santos Macedo, Janayna Freitas Martins de Oliveira, Juliana Tavares Peres Gracelli, Margarete Luiz de Paula, Paulo Renato Silveira, Priscila Marquez Naves de Paula, Renata Brito de Castro e Vinicius Alves Costa e a estagiária Thaís Aparecida Ferreira Primo. Ausentes os servidores Filipe Lima da Silva Lobão, Heloísa Tatiane Machado Pádua e Sérgio Nunes Nogueira, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 796 processos, distribuídos neste ano até o dia 26-10-2020, apurando-se a média de 4,2 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 75 cartas precatórias, dentre elas 49 executórias, até o dia 26-10-2020, das quais 45 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 954 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 299 processos foram remetidos neste ano até o dia 26-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 21 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 40 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 288 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 87 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 10 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado, com incidentes de Repercussão Geral já julgados pelo STF.

Processos examinados na correição:

- 0010500/18, 0010206/19, 0012132/17, 0010099/19, 0010625/19, 0011233/19, 0010910/19, 0011207/17, 0011309/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

- 0010275/20: suspenso, pendente de outra ação

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Vara do Trabalho	Uberlândia - 03a Vara				
Indicador 10	2016	2017	2018	2019	2020
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	39,63	38,56	31,17	20,46	24,17

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	193
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	132
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	13

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	17
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.



Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2017	11	3
2018	6	2
2019	36	1
2020 – ano de referência	285	
TOTAL	338	0,24

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Classe	Tarefa
0010847-28.2017.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010855-18.2017.5.03.0104	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010997-25.2017.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0011164-42.2017.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011207-76.2017.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011517-82.2017.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011982-91.2017.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0012109-33.2017.5.03.0134	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 7-12-20
0012129-20.2017.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0012132-72.2017.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0012165-62.2017.5.03.0103	Ação Civil Coletiva	Audiência 9-12-20
0010500-74.2018.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento



0010755-18.2018.5.03.0043	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0011320-93.2018.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 10-3-21
0011365-97.2018.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 25-11-20
0011376-29.2018.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011445-61.2018.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010055-22.2019.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010099-41.2019.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010114-82.2019.5.03.0176	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	384
FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	3
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	101
FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	4
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	1.241



3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	13

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Uberlândia - 03a Vara				
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	77,75	62,40	54,32	48,83	49,70

Existem 1.814 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.336 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 477 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.



Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 26-10-2020.

No ano 2019, até o dia 26-10 havia 1.959 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.339 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 4 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 556 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Classe	Tarefa
0105500-87.2007.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Trt
0000139-76.2010.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0172700-14.2007.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0172800-66.2007.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0187200-71.1996.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0001300-78.1997.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0010344-28.2014.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0000680-07.2013.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências
0010506-23.2014.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0010518-37.2014.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Prazo
0010531-36.2014.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0010636-76.2015.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011721-97.2015.5.03.0103	Execução Fiscal	Aguardando Apreciação Pela Instância Superior
0011799-91.2015.5.03.0103	Execução Fiscal	Aguardando Apreciação Pela



		Instância Superior
0010009-09.2014.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0010486-95.2015.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências
0010456-60.2015.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Prazo
0011537-44.2015.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0010022-08.2014.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências
0010662-74.2015.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93(execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	144	65
02-FEVEREIRO	208	241
03-MARÇO	195	94
04-ABRIL	135	98
05-MAIO	132	120
06-JUNHO	111	69
07-JULHO	113	72
08-AGOSTO	157	55
09-SETEMBRO	197	68
10-OUTUBRO	141	49
Totais	1533	931

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	6	3	2	2	4	1	1		1	
JOAO RODRIGUES FILHO	59	238	92	96	116	68	17	49	67	32
SANDRA CARLA SIMAMOTO DA CUNHA							54	6		17
Totais	65	241	94	98	120	69	72	55	68	49



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020	Totais
02-FEVEREIRO	4		4
03-MARÇO	4	5	9
04-ABRIL	1		1
05-MAIO	2	1	3
06-JUNHO		2	2
08-AGOSTO		1	1
09-SETEMBRO	1		1
10- OUTUBRO	0	0	0
Totais	12	9	21

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 26-10-2020, existem 47 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	7
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	32
Tutelas Provisórias Pendentes	8
Total	47

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 5-11-2020 havia 12 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 4 processos;
- b) procedimento ordinário: 3 processos;
- c) instrução: 3 processos;
- d) conciliação em conhecimento: 1 processo;
- e) conciliação em execução: 1 processo.



Foram examinados os autos dos processos 0010724/20, 0010723/20, 0010715/20, 0010701/20, 0010703/20, 0010768/20, 0010770/20, 0010138/20, 0010323/20 e 0010579/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010701/20, 0010703/20, 0010768/20 e 0010770/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO N° 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 29-10-2020, 109 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 24 processos.

Exame dos autos dos processos 0010800/20, 0010846/20, 0010851/20, 0010852/20, 0010850/20, 0010707/20, 0010866/20, 0010684/20, 0010801/20, 0010786/20, 0010500/18, 0010206/19, 0012132/17, 0010099/19, 0010625/19, 0011233/19, 0010910/19, 0011207/17, 0011309/19, 0010275/20, 0010728/20, 0010727/20, 0010413/19, 0010714/20, 0010441/20, 0010768/19, 0010470/20, 0010878/19, 0010687/20, 0010706/19, 0010638/20, 0010525/19, 0010748/20, 0010624/20, 0010746/20, 0010626/20, 0010466/20, 0011326/19, 0010741/20, 0010680/20, 0010804/17, 0010279/20, 0011160/19, 0010967/19, 0010513/20, 0010676/20, 0010900/19, 0010940/19, 0010607/20, 0011056/19, 0010562/19, 0010026/20, 0010931/19, 0010712/19, 0011046/19, 0011322/19, 0010510/19, 0010077/17, 0010242/19, 0010659/19, 0010751/20, 0010793/20, 0010736/20, 0010738/20, 0010699/20, 0010764/20, 0010702/20, 0010267/20, 0010181/20 e 0010410/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis públicas em tramitação.



Processo	Tarefa
0000064-66.2012.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução
0001440-58.2010.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução
0001637-13.2010.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução
0002031-15.2013.5.03.0103	Aguardando apreciação pela instância superior
0010209-45.2016.5.03.0103	Aguardando apreciação pela instância superior
0010485-13.2015.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução
0010572-27.2019.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução
0011368-57.2015.5.03.0103	Elaborar despacho - Execução
0136900-85.2008.5.03.0103	Liquidação

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 17 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010332-04.2020.5.03.0103	Elaborar sentença desde 29-10-20
0010335-56.2020.5.03.0103	Aguardando apreciação pela instância superior
0010336-41.2020.5.03.0103	Audiência 3-12-20
0010338-11.2020.5.03.0103	Aguardando apreciação pela instância superior
0010340-78.2020.5.03.0103	Aguardando cumprimento de acordo
0010348-55.2020.5.03.0103	Aguardando prazo - liquidação
0010351-10.2020.5.03.0103	Julgado 3-11-20
0010389-61.2016.5.03.0103	Aguardando apreciação pela instância superior
0010445-31.2015.5.03.0103	Aguardando cumprimento de acordo
0011000-43.2018.5.03.0103	Aguardando apreciação pela instância superior
0011055-91.2018.5.03.0103	Aguardando cumprimento de acordo
0011247-58.2017.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução
0011542-32.2016.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução
0011544-82.2016.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0012165-62.2017.5.03.0103	Audiência 9-12-20
0012182-98.2017.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução
0012183-83.2017.5.03.0103	Cumprimento de Providências - execução



3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	19	20	32
Instrução processo físico	1.615	2.401	0
Instrução processo eletrônico	245	240	135

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	10	10	15-12-20 - 27 dias
Procedimento Ordinário	10	10	14-12-20 - 26 dias
Instrução	267	141	20-4-21 - 99 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 26-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	772	134

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	4	2.547
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	353	80



3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 275)	34	3.262
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	459	1.309
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente público (item 277)	5	2.955
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente público (item 90277)	5	728

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2019	Média/dia útil
Julgados Procedentes	72	0,317
Julgados procedentes em parte	485	2,137
Julgados Improcedentes	295	1,3
Extintos com resolução de mérito	6	0,026
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	858	3,78



Extintos sem resolução de mérito	83	0,366
Arquivamento	112	0,493
Desistência	36	0,159
Outras decisões sem resolução de mérito	18	0,079
Total sem resolução de mérito	249	1,097
Decisões de conhecimento	1.107	4,877
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	320	1,41
Decisões na fase de execução	511	2,251
Total	1.938	8,537

No ano de 2020, até o dia 26-10, com 189 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	49	0,259
Julgados procedentes em parte	248	1,312
Julgados improcedentes	76	0,402
Extintos com resolução de mérito	1	0,005
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	298	1,6

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	4	0,2
Conciliação em execução	10	0,5
*Encerramento de instrução – os encerramento não são somados	5	0,25
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	23	1,15
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	42	2,1
Una / Una (rito sumaríssimo)	29	1,45
Total	108	5,4

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 20 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	31	24	10	14	1	4
02-FEVEREIRO	58	49	24	14	3	6
03-MARÇO	30	38	10	3	3	3



04-ABRIL	53	5	20	2	4	3
05-MAIO	58	18	9	6	12	4
06-JUNHO	51	41	6	7	4	2
07-JULHO	43	24	14	11	3	1
08-AGOSTO	40	39	11	9	5	2
09-SETEMBRO	53	23	16	9	11	1
10-OUTUBRO	33	19	29	7	4	1
Totais	450	280	149	82	50	27

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	2									
JOAO RODRIGUES FILHO	40	69	44	10	28	39	13	40	30	11
SANDRA CARLA SIMAMOTO DA CUNHA						11	23	10	3	16
Totais	42	69	44	10	28	50	36	50	33	27

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	110	98
02-FEVEREIRO	259	190
03-MARÇO	195	118
04-ABRIL	220	1
05-MAIO	267	43
06-JUNHO	212	97
07-JULHO	246	89
08-AGOSTO	221	95
09-SETEMBRO	269	95
10-OUTUBRO	179	87
Totais	2178	913

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
JOAO RODRIGUES FILHO	98	190	118	1	43	60	18	36	81	29
SANDRA CARLA SIMAMOTO DA CUNHA						37	71	59	14	58



Totais	98	190	118	1	43	97	89	95	95	87
--------	----	-----	-----	---	----	----	----	----	----	----

Foram realizadas 108 audiências no mês de outubro de 2020 e em novembro de 2020 estão designadas 178 audiências. Em dezembro estão designadas 73 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	108	101
02-FEVEREIRO	165	129
03-MARÇO	132	102
04-ABRIL	153	9
05-MAIO	157	44
06-JUNHO	139	105
07-JULHO	140	83
08-AGOSTO	135	97
09-SETEMBRO	153	78
10-OUTUBRO	123	51
Totais	1405	799

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
JOAO RODRIGUES FILHO	69	129	102	9	44	78	16	59	67	26
SANDRA CARLA SIMAMOTO DA CUNHA	32					27	67	38	11	25
Totais	101	129	102	9	44	105	83	97	78	51

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	1659	1513
02-FEVEREIRO	2412	1907
03-MARÇO	2114	1360
04-ABRIL	2070	947
05-MAIO	2438	1596



06-JUNHO	2145	1667
07-JULHO	1851	1652
08-AGOSTO	2552	1469
09-SETEMBRO	2699	1510
10-OUTUBRO	2686	1206
Totais	22626	14827

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8 horas. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 – até 26-10
Processos recebidos	1.279	1.220	796
Média por dia útil	5,6	5,4	4,2
Processos remanescentes do ano anterior	1.122	664	365
Sentenças anuladas	77	57	19



Total de processos para solução	2.478	1.941	1.180
Processos solucionados	1.760	1.600	799
Processos conciliados	603	493	267
Produção	71,02%	82,43%	67,71%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 4,61% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 11,41%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	267
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	799



2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	799
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	815

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	435
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	684

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	384
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	819

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.246
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	766



MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	819
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	766
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	384
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.245
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12



Perfil da Vara do Trabalho		Uberlândia - 03ª Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,30	0,62	0,38
	I02 - Pendentes	1.900	1.735	1.728
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	235,27	191,01	164,00
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	91,48	94,89	101,39
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.754,26	1.678,29	1.650,84
	I07 - Taxa de conciliação (%)	30,32	31,48	31,47
	I08 - Taxa de solução (%)	123,67	121,13	109,31
	I13 - Taxa de execução (%)	221,58	212,73	206,64
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	20,52	18,95	24,14
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	48,83	48,65	49,70
	I11 - Produtividade por servidor	252,50	239,58	208,17
	I12 - Pendentes por servidor	149,08	135,42	136,92
Meso	Acervo	0,29	0,29	0,27
	Celeridade	0,40	0,35	0,33
	Produtividade	0,51	0,52	0,54
	Congestionamento	0,37	0,33	0,35



	processual			
	Força de trabalho	0,32	0,33	0,36
Macro	IGEST	0,3781	0,3664	0,3692
	Posição IGEST	42	37	40
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.088.697,37	R\$212.602,14

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/1998, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e a 1/208, referente às intimações dos procuradores das partes por meio de publicação.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correção, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correção, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correção, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 129,69% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 99,16%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,82%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,97%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONE) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 68,22% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 39,61% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 152,88%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).



No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 124,19% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 235 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 141,73%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 137 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.



12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) empreendidos esforços com vistas a reduzir o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;



5) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

6) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

7) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019.

8) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

9) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis.
https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e [https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);



11) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

12) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação formulada naquela oportunidade:

1) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

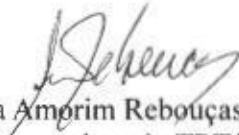
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores



do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h50min do dia cinco de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 159, publicado no DJe 28-10-20, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.11.05 11:05:50 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria